

**CÂMARA MUNICIPAL DO SABUGAL**

**ATA N.º 17/2026**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 19 DE AGOSTO DE 2026**

**PRESIDENTE DA CÂMARA:**

**Vítor Manuel Dias Proença**

**VEREADORES:**

**Paulo Jorge Leitão Batista** – Vereador eleito pelo Partido Socialista

**Sílvia Gonçalves Nabais** – Vereadora do Partido Social Democrata

**Amadeu Paula Neves** – Vereador do Partido Social Democrata

**José António Paulos Barros** - Vereador eleito pelo Partido Socialista

**Paulo José Nabais da Cruz** – Vereador do Partido Social Democrata

**JUSTIFICOU FALTA À PRESENTE REUNIÃO:**

**Francisco Morais Esteves de Barros** - Vereador eleito pelo Partido Chega

**HORA DE ABERTURA:**

**Dez horas**

**LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho**

**SALDO DO DIA 18 DE AGOSTO DE 2026** ----->

**Op. Orçamental: 2.446.727,78 €**

**Op. Não Orçamental: 1.065.881,86 €**

Ao décimo nono dia do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Sabugal, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Sabugal que teve início pelas 10:00 horas no Salão Nobre dos Paços do Concelho. -----

Verificada a existência de quórum para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o **Sr. Presidente da Câmara, Vítor Manuel Dias Proença** presidiu a reunião tendo-a declarado aberta. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

**1. JUSTIFICAÇÃO DE AUSÊNCIAS DE MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL** -----

A Câmara **deliberou**, por unanimidade, **justificar a falta dada pelo Sr. Vereador Francisco Morais Esteves de Barros**. -----

**2. EXPEDIENTE** -----

Foi apresentado um **Voto de Louvor à atleta Maria Ribeiro pela conquista do título de campeã mundial de JuDown na categoria -63kg**. -----

**3. INTERVENÇÕES DO EXECUTIVO MUNICIPAL** -----

O **Sr. Presidente da Câmara, Vítor Manuel Dias Proença**, em conformidade com o disposto no artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 18.º do Regimento do Funcionamento das Reuniões de Câmara iniciou os trabalhos, procedendo à leitura da atividade relevante da Câmara, cujo teor consta no Anexo 1. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** deu início à sua intervenção fazendo referência às capeias arraianas realizadas até ao momento, considerando que, no cômputo geral, decorreram dentro da normalidade, embora tenham ocorrido algumas colhidas que geraram alguma apreensão e ansiedade junto da população. Sobre esta matéria, expressou o entendimento de que o Município deverá abordar a questão com bastante cuidado, salientando que a organização destes eventos é assegurada, há muitos anos, pelas respetivas comissões de festas. -----

Relativamente à marcação da data do festival «Ó Forcão Rapazes» para uma data coincidente com a realização de capeias em duas localidades do concelho, assinalou que a sobreposição de datas não foi

bem recebida pela população. Acrescentou que alguns munícipes abordaram o executivo para solicitar esclarecimento, tendo sido difícil dar uma resposta, uma vez que a marcação da data não é da responsabilidade do Município. Referiu que o Município enviou um e-mail à comissão organizadora e às nove freguesias participantes, apelando à reavaliação da data por se tratar de um dia de semana e coincidir com outros eventos. Contudo, o referido apelo não foi atendido. Defendeu, por isso, a necessidade de acompanhar a situação com particular cuidado, sublinhando que os episódios ocorridos no presente ano não se poderiam voltar a repetir, embora tenha reconhecido não estarem ainda definidas quais as medidas que o Município poderá adotar sobre a matéria. -----

No que respeita à sugestão, transmitida por algumas pessoas, de elaboração de um regulamento municipal, motivada pelos recentes incidentes e situações de perigo verificados durante os encerros, esclareceu que cada localidade deve regulamentar as suas próprias tradições. Mencionou, a este propósito, que algumas freguesias já proibiram a presença de tratores e carrinhas nos encerros, considerando que caberá às restantes adotar as medidas que entendam adequadas. Admitiu, contudo, a possibilidade de, no futuro, poder surgir um movimento de cidadãos favorável à regulamentação desta matéria, estando o Município disponível para se pronunciar caso seja consultado. -----

Assegurou que o Município cumpriu todas as obrigações que lhe incumbiam em matéria de segurança e proteção civil, nomeadamente no que respeita à definição de corredores de evacuação e prestação de cuidados de saúde. Informou que os meios previstos estiveram nos locais devidos e que o dispositivo funcionou com eficácia, considerando positivo o balanço global. -----

Reportou, de seguida, falhas pontuais no abastecimento de água nas localidades de Aldeia do Bispo, Fóios e Vale das Éguas. Explicou que as equipas técnicas não conseguiram detetar quaisquer roturas na rede suscetíveis de justificar as falhas verificadas, tendo sido necessário reforçar o abastecimento através de um camião com capacidade para 36.000 litros. Assinalou tratar-se de uma situação atípica, uma vez que tais falhas nunca se verificaram em anos anteriores nem foram detetadas roturas na rede que as justificassem, tratando-se de ocorrências muito pontuais que, ainda assim, causaram incómodo às populações. -----

No que concerne à recolha de lixo, considerou que o serviço decorreu com normalidade, apontando como principal dificuldade da empresa responsável pela recolha o estacionamento indevido de viaturas, que impediu a circulação dos camiões em diversas ruas, e consequentemente, inviabilizou a recolha do lixo. Aludiu ainda, a colocação em grande escala de resíduos volumosos junto aos contentores e recordou que o município disponibiliza uma linha telefónica gratuita para a respetiva recolha ao domicílio. Lamentou a persistência de maus hábitos e defendeu a necessidade de prosseguir um trabalho contínuo de sensibilização da população. -----

O **Sr. Vereador Amadeu Neves** solicitou a palavra para propor a aprovação de um Voto de Louvor à atleta Maria Ribeiro pela conquista do título de Campeã Mundial de JuDown na categoria de -63 kg. Destacou a importância de reconhecer publicamente o mérito e a prestação da atleta em competições internacionais, lembrando que a sua participação contou com o apoio do Município. -----

O **Sr. Vereador Paulo Leitão Batista** iniciou a sua intervenção congratulando-se com a dinâmica registada no concelho durante o mês de agosto, impulsionada, em grande parte, pela afluência dos emigrantes e pelo esforço contínuo das comissões de festas. Salientou que a forte adesão da juventude às capeias arraianas contrapõe com a perda de atividades e de esplendor nas festividades de outras povoações do concelho, ano após ano. -----

Relativamente ao papel do Município nas capeias, manifestou a sua concordância com a posição expressa pelo Sr. Presidente da Câmara, considerando que o município não pode nem deve impor qualquer regulamentação, sob pena de ser responsabilizado caso surja algum imprevisto. Defendeu, contudo, a necessidade de introduzir algumas alterações com vista à preservação da tradição. Referiu que, segundo relatos de pessoas conhecedoras da matéria, os problemas verificados nos encerros, designadamente as fugas de touros e o aumento dos riscos para os cavaleiros, estarão associados à presença excessiva de motorizadas, moto 4 e tratores. Propôs que o assunto fosse discutido e analisado num período mais calmo e após o término da temporada das capeias, aproveitando para analisar o que correu mal. Sugeriu a limitação de apoios por parte do município, atribuindo um apoio substancial aos encerros realizados nos moldes tradicionais e um apoio menos significativo àqueles que ainda permitam meios motorizados. Defendeu, igualmente, que este assunto deve ser debatido nas aldeias em articulação com as comissões

2

de festas e com as Juntas de Freguesia, atendendo que essas entidades terão todo o interesse em preservar e tornar mais viva a tradição, mas também a tornar mais tradicional, o que trará maior expressão. Acrescentou que os visitantes que se deslocam ao concelho para assistir aos encerros acabam por manifestar desagrado perante o aparato motorizado dos encerros. Concluiu perspetivando que esta questão deverá ser discutida no futuro. -----

Manifestou a sua concordância relativamente à atribuição do Voto de Louvor à atleta Maria Ribeiro, reconhecendo o seu mérito e sublinhando a importância de lhe transmitir este reconhecimento oficial como sinal de incentivo à continuidade do seu percurso -----

Relativamente ao Centro de Negócios Transfronteiriço (CNT), referiu que a resposta prestada pelos serviços ao requerimento apresentado lhe permitiu analisar e compreender melhor a situação, concluindo que o mesmo não apresenta a gravidade que vinha a ser apontada. Alertou, contudo, para o facto de a resposta não informar a quantidade de espaços com a renda por atualizar, assinalando que essa informação constava expressamente do pedido formulado. Considerou essencial aceder a esses dados, notando que, embora a resposta mencione estarem a ser desenvolvidas diligências no sentido de regularizar os pagamentos, não especifica quantos casos se encontram efetivamente em falta. -----

Registou ainda que, no decurso dos últimos 5 anos, foram efetuadas 4 fiscalizações que deram origem a 4 processos por incumprimento. Em conclusão, afirmou, com base nas respostas obtidas, que a situação do CNT não é tão má como se presumia, esclarecendo que as suas intervenções sobre o assunto resultavam do que lhe havia sido transmitido por terceiros. Referiu que chegou a deslocar-se ao local de propósito, congratulando-se, por verificar que a situação não é afinal tão grave, considerando os dados transmitidos pelos serviços, os quais considera fidedignos. Mencionou a necessidade de tomar medidas para dinamização do espaço. Recordou que o Sr. Presidente da Câmara havia anunciado a existência de um plano de intervenção municipal em curso com o objetivo de criar dinâmica, organizar e criar rigor na gestão dos espaços, questionando se seria possível detalhar o que vai ser efetivamente realizado no local. Por fim, solicitou esclarecimentos sobre o papel da Junta de Freguesia do Soito naquele espaço, pedindo esclarecimentos sobre as obrigações presentes no contrato interadministrativo e se a Junta de Freguesia está a cumprir. -----

*[Handwritten signature]*

O **Sr. Vereador José Barros** solicitou o envio do mapa atualizado da rede viária municipal, com a identificação das estradas municipais, caminhos municipais e vias municipais, com o objetivo de determinar as responsabilidades de manutenção, limpeza de bermas e passagens de água. -----

Solicitou informações sobre a possibilidade de realizar melhorias significativas na área envolvente das Termas do Cró, nomeadamente através do melhoramento dos sistemas de rega e de alterações na paisagem. Sustentou que essas medidas visam reforçar as condições de segurança para os trabalhadores e para o edificado em caso de incêndio ou de outras ocorrências, e permitindo o aproveitamento de todo aquele espaço envolvente para a prática de caminhadas e de outras atividades. -----

Alertou para os maus odores intensos sentidos na entrada da Rebolosa até ao cemitério provenientes dos esgotos que libertam gases para fora das caixas. Explicou que a situação decorre passagem sob pressão dos esgotos oriundos de Alfaiates diretamente na rede em baixa da Rebolosa. Sugeriu a construção de uma nova conduta pelo caminho do campo de futebol até à Estação de Tratamento de Águas Residuais o que permitiria eliminar a passagem pela rede em baixa da Rebolosa e evitando o extravasamento de esgotos em épocas de chuva intensa. -----

Solicitou informação sobre o estado de execução das intervenções da responsabilidade da APAL relativas à selagem dos fundos das caixas de visita e às infiltrações de águas pluviais na rede de saneamento. ---  
Pedi um ponto de situação quanto ao financiamento para a empreitada de pavimentação da estrada entre Nave e Aldeia da Ribeira. -----

Relativamente à execução dos projetos municipais financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência, citou dados do Portal +Transparência, que indicam a existência de 11 projetos aprovados que perfazem um montante global de 571.000,00€, assinalando que, apenas tinham sido recebidos cerca de metade dos financiamentos aprovados. Solicitou o ponto de situação de projetos tendo em conta que a execução física e financeira do PRR termina a 31 de agosto. -----

Em resposta à exposição do Sr. Vereador Paulo Leitão Batista sobre as capeias arraianas, o **Sr. Presidente da Câmara** manifestou a sua concordância com as considerações apresentadas. Esclareceu

ainda, que o apoio financeiro do Município se circunscreve apenas ao festival «Ó Forcão Rapazes», à Corrida à Portuguesa, realizada em Aldeia da Ponte e à Capeia Arraiana realizada em Lisboa, sendo que, nas restantes localidades a intervenção do Município limita-se ao apoio logístico, designadamente através da presença da proteção civil e da elaboração dos respetivos planos de evacuação. Sublinhou que o município não deverá assumir os custos diretamente associados à realização das capeias, considerando que estes devem continuar a ser suportados pelas populações. -----

Quanto à subsistência das festas populares em certas localidades, reconheceu as crescentes dificuldades sentidas pelas comissões de festas, que, por vezes, se vêm forçadas a realizar os festejos apenas de dois em dois anos, devido à diminuição de população. Referiu, contudo, ter notado uma afluência assinalável de visitantes ao concelho durante o período do verão. -----

O **Sr. Vereador José Barros** interveio para acrescentar um apontamento relativamente ao apoio concedido às festas do Soito, referindo tratar-se de uma verba simbólica atribuída pelo facto de ter sido criada uma associação. Informou, ter sido questionado, por duas vezes, sobre os motivos subjacentes à atribuição daquele apoio, tendo alguns munícipes de outras localidades a manifestado a intenção de constituir associações para obterem idêntico benefício financeiro. -----

Em resposta, o **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que o apoio atribuído consistiu exclusivamente na aquisição de um espaço publicitário no livro de atividades económicas. -----

O **Sr. Vereador José Barros** reiterou a sua preocupação quanto à possibilidade de esta situação poder constituir um precedente e replicar-se noutras localidades do concelho. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** informou que este tema foi debatido na CIMBSE, onde questionou as práticas dos outros municípios, assinalando que a maioria atribui uma verba idêntica a todas as festas. Admitiu, por isso, que o Município do Sabugal possa vir a ponderar a adoção de uma solução semelhante no futuro. -----

Relativamente à gestão e Reorganização do CNT, explicou que a divisão de espaços teve como objetivo adaptar as frações às necessidades das empresas, justificando, desse modo, o aumento de 26 para 31 frações. Reconheceu a dificuldade existente na fiscalização e assiduidade dos estabelecimentos e informou que se iria proceder à revisão do regulamento e do contrato interadministrativo celebrado com a Junta de Freguesia do Soito. Assinalou que, para além dos deveres de manter o espaço aberto, assegurar a sua manutenção, rececionar candidaturas e garantir a presença contínua de um funcionário, a Junta de Freguesia deveria assumir responsabilidades acrescidas na dinamização do espaço, nomeadamente através da organização de mercados de produtos locais e de artesanato. Destacou que a dinâmica do CNT registou alguma melhoria na sequência do protocolo celebrado com o artesão João José Carvalho Oliveira para a instalação de uma exposição permanente, a qual tem contribuído para atrair alguns visitantes. Quanto às rendas em atraso, confirmou a existência de incumprimentos, informando que os serviços estão a desenvolver as diligências necessárias à respetiva cobrança. Sublinhou a disponibilidade do Município para permitir o pagamento das dívidas em prestações. Adiantou que o processo está a ser tratado e encaminhado, esclarecendo que os casos em que não seja possível obter a cobrança voluntária ou a celebração de planos de pagamento serão remetidos para cobrança coerciva através da Autoridade Tributária, ao abrigo do protocolo recentemente celebrado, o qual abrange não apenas os consumos de água, mas todas as receitas municipais em dívida. -----

Relativamente ao pedido sobre a rede viária, esclareceu que a mesma se encontra totalmente definida, existindo um mapa da rede viária que irá ser enviado aos vereadores. Explicou que a rede viária contempla, para além das estradas municipais, os caminhos rurais pavimentados, relativamente aos quais as Juntas de Freguesia também têm responsabilidades ao nível da limpeza. Salientou que todos estes troços se encontram devidamente inventariados no mapa e que essa delimitação consta dos contratos celebrados com as Freguesias, dispondo cada uma delas do mapa de intervenção correspondente à sua respetiva área geográfica. Esclareceu, ainda, que os caminhos vicinais correspondem a todos os caminhos da freguesia que não estejam classificados, cuja gestão e manutenção cabem igualmente às Juntas de Freguesia. Concluiu afirmando que a limpeza das restantes vias são da competência das Juntas de Freguesia, permanecendo as intervenções ao nível dos pavimentos sob a responsabilidade do Município. Relativamente à área envolvente das Termas do Cró, referiu que o Município adquiriu vários hectares de terrenos, cuja envolvente ficou com um aspeto degradado na sequência do incêndio ocorrido no ano

anterior. Informou ter sido realizada uma intervenção destinada ao corte do material lenhoso existente nas traseiras do hotel, por razões de segurança e de valorização visual do espaço, desejando que a própria natureza se encarregue da recuperação da paisagem. -----

Quanto ao casario existente, considerou que seria benéfico o aparecimento de um investidor privado interessado na criação de um pequeno resort de luxo, articulado com o balneário termal, ressaltando que essa solução terá de passar sempre pela iniciativa privada, a qual o Município tem procurado atrair para o local. Fez, ainda, referência ao projeto denominado «Parque dos Sentidos», concebido para integrar um percurso pedestre orientado para experiências sensoriais. Recordou que a área envolvente dispõe já de um percurso pedestre, de uma estação de BTT e de uma estação de serviço para autocaravanas, reconhecendo, contudo, que o espaço poderá beneficiar de uma maior dinamização. -----

Questionado pelo **Sr. Vereador José Barros** sobre se o projeto do “Parque dos Sentidos” iria avançar, o **Sr. Presidente da Câmara** respondeu que o mesmo não irá avançar no presente momento, por inexistência de capacidade financeira e de financiamento para a sua execução. Esclareceu tratar-se de uma iniciativa do executivo anterior que se encontra atualmente suspensa, podendo, contudo, vir a ser retomada no futuro. Referiu ainda, que o projeto foi concebido na expectativa do surgimento de um investidor privado interessado em dinamizar, de forma integrada, toda a área envolvente. -----

Quanto à problemática dos esgotos na Rebolosa, reconheceu a existência do problema, afastando, contudo, a possibilidade de alteração da conduta por implicar um investimento extremamente avultado que dificilmente será concretizado. Mencionou que a libertação de odores não ocorre de forma contínua, verificando-se sobretudo nos períodos de maior utilização do sistema, que, em condições normais, funciona adequadamente. Defendeu que a resolução do problema passa por soluções técnicas como a instalação de ventosas. Relativamente às intervenções nas caixas de esgoto, referiu ter conhecimento de que já terão sido executados alguns trabalhos nos respetivos fundos, destacando igualmente a aplicação de uma nova tecnologia de revestimento interior das condutas. Comprometeu-se a solicitar formalmente esclarecimentos à APAL sobre esta matéria na reunião seguinte. -----

Relativamente à estrada entre a Rebolosa e Aldeia da Ribeira, reafirmou que o projeto será lançado ainda durante o presente ano, de acordo com a informação prestada pelos serviços técnicos. Salientou que a empreitada não beneficia de financiamento externo, tratando-se de um investimento suportado pelo orçamento municipal, estando assumido o compromisso de lançar o concurso público assim que estiverem reunidas as condições. -----

No que respeita aos projetos do Plano de Recuperação e Resiliência, assegurou que todas as candidaturas do Município se encontram finalizadas e concluídas. Deu nota de uma orientação emitida pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, esclarecendo que o PRR termina a 31 de agosto, transitando os projetos de maior dimensão como escolas ou os cuidados continuados do Soito para o Portugal 2030. Sublinhou que os projetos municipais do Sabugal são de pequena dimensão e estão totalmente finalizados. Especificou que a única exceção que poderá transitar para o PT2030 é o projeto de habitação a custos acessíveis na zona do Castelo, desenvolvido em parceria com o IHRU, que contempla a aquisição de quatro habitações. Informou que o IHRU, até à presente data, apenas celebrou a escritura de uma das habitações, garantindo que o investimento continuará a ser executado e transitará para o PT2030. Advertiu, contudo, que a demora e a burocracia do IHRU na celebração das restantes escrituras colocam em risco o processo, uma vez que os proprietários dos imóveis identificados acabam por desistir ou vender a outros compradores. -----

Não havendo mais intervenções, o Sr. **Presidente da Câmara** passou ao ponto seguinte. -----

#### 4. **RATIFICAÇÃO DE DESPACHOS EXARADOS AO ABRIGO DO N.º 3 DO ARTIGO 35.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

- A Câmara **deliberou**, por unanimidade, **ratificar o despacho proferido ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo Sr. Presidente da Câmara**, no dia 17-08-2026, sobre a informação registada sob o n.º 12242, datada de 14-08-2026, referente ao pedido de apoio financeiro, no valor de 5.000,00 €, requerido pela Federação Portuguesa de Ciclismo, para a 20.ª Volta a Portugal de Juniores, que terá uma etapa (contrarrelógio) no dia 29 de agosto de 2026, com partida do Sabugal, Ozendo, Torre, Colónia Agrícola Martim Rei e chegada ao Sabugal, onde consta: *“Autorizo despesa. À R. Câmara para ratificar despacho.”* -----

2

Mais foi deliberado, por unanimidade, **aprovar o Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com a Federação Portuguesa de Ciclismo.** -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- I -----

----- **DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS HUMANOS** -----

**1.1 ATA DA REUNIÃO DE CÂMARA ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 05-08-2026** -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, **aprovar a ata da Reunião de Câmara ordinária realizada no dia 05-08-2026.** -----

----- II -----

----- **DIVISÃO FINANCEIRA** -----

**2.1 PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS – ANO 2027** -----

Face à informação registada sob o n.º 11932, datada de 10-08-2025, referente à **Participação Variável no IRS**, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 26.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a **Câmara deliberou, por unanimidade, prescindir da participação de IRS para o ano de 2027, devendo a proposta ser submetida à Assembleia Municipal**, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

Quanto à fixação da participação variável do Município no IRS, o **Sr. Presidente da Câmara** lembrou que a lei permite às autarquias a utilização ou a abdicação até ao limite máximo de 5%. Refletiu que se trata de uma matéria recorrentemente debatida, nomeadamente na Assembleia Municipal, que implica a abdicação de uma receita estimada em 377.000,00 €. Admitiu que o Município poderia optar por prescindir de uma percentagem menor sublinhando que uma alteração dessa natureza exige uma discussão mais alargada. Mencionou que existem defensores da consignação dessa verba a projetos de âmbito social, ressaltando que tal mecanismo não é legalmente possível. Quanto ao impacto da medida, assinalou que

funciona como um incentivo à fixação de população no interior, admitindo que, embora o impacto possa não ser significativo, muitas pessoas fixaram a sua morada fiscal no concelho atraídas por essa majoração fiscal. Perspetivou que um estudo sobre a faixa etária e o perfil profissional dos beneficiários poderia revelar dados surpreendentes, manifestando a opinião de que o município poderia avançar para uma taxa intermédia e reter, por exemplo, 3%. Informou que, no total dos 308 municípios do país, cerca de 200 optam por abdicar dessa receita. Reconheceu que o assunto gera debate intenso em Assembleia Municipal mas que sem a realização prévia de um estudo aprofundado, as condições para apresentar uma proposta diferente não estão reunidas, propondo a manutenção da abdicção total da receita. -----

O **Sr. Vereador Paulo Leitão Batista** tomou a palavra para partilhar o seu levantamento efetuado relativamente ao distrito da Guarda. Detalhou que os municípios de Mêda, Pinhel, Foz Côa e Fornos de Algodres não abdicam de qualquer receita. Os municípios da Guarda, Seia e Gouveia aplicam taxas intermédias enquanto cinco municípios prescindem da totalidade da receita ao fixar a taxa em zero por cento, designadamente o Sabugal, Aguiar da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Trancoso e Almeida. Acrescentou ainda que concelhos vizinhos como Belmonte, Covilhã e Fundão retêm a totalidade da receita. Sustentou que o quadro atual levanta questões orçamentais, questionando se o Município tem condições financeiras para abdicar de cerca de 378.000,00 € e se a cobrança do imposto afetaria significativamente a qualidade de vida dos residentes. Concordou com a necessidade de realizar um estudo e referiu que a abdicção do IRS beneficia apenas os cidadãos com rendimentos mais elevados, uma vez que para um cidadão de rendimento médio o retorno é pouco expressivo e para cidadãos com baixos rendimentos e isentos de IRS a medida é totalmente inócua. Acrescentou que a devolução da participação do IRS não constitui uma vantagem fiscal significativa para estimular a fixação de pessoas no concelho, visto que as decisões de fixação não dependem de uma medida aprovada anualmente embora reconheça que a atração de população poderia ter um efeito compensatório noutras receitas municipais, como o IMI. Criticou o enquadramento da Lei das Finanças Locais argumentando que a promoção do desagravamento da carga fiscal no interior deve ser assumida pelo Governo e não transferida como um ónus para os municípios. Sublinhou que, em termos de teoria económica, a redistribuição de rendimento através de impostos diretos deve ser gerida pelo Estado e é uma ação que deverá acontecer em contexto nacional e não ser objeto de descentralização. Conclui que, estando o benefício instituído há vários anos no concelho, não existem condições para a sua alteração de forma súbita. Concordou com a manutenção da taxa em 0% no presente

ano, mas defendeu a realização de um estudo de forma a avaliar a conveniência de se começar a aplicar uma taxa intermedia no ano seguinte, considerando o agravamento do endividamento municipal. -----

Em resposta, o **Sr. Presidente da Câmara** manifestou total concordância. Destacou que o crescimento da verba tem vindo a aumentar gradualmente, estando neste momento em cerca de 377.000,00 €, o que evidencia um aumento dos rendimentos declarados ou do número de munícipes abrangidos. Notou que este valor é significativo, perfazendo cerca de um milhão e meio de euros ao longo de um mandato. Manifestou a expectativa de que a revisão da Lei das Finanças Locais venha a redefinir esta matéria a nível nacional. Contudo, caso isso não aconteça, concordou com a realização de um estudo no ano seguinte com vista à fixação de uma taxa intermédia que permita ao Município recuperar parte dessa receita. ----

## 2.2 TAXA MUNICIPAL DO DIREITO DE PASSAGEM – ANO 2027 -----

Face à informação registada sob o n.º 11936, datada de 10-08-2025, referente à **Taxa Municipal do Direito de Passagem**, ao abrigo dos disposto no n.º 2 do artigo 169.º da Lei das Comunicações Eletrónicas, aprovado em anexo à Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Regulamento n.º 153/2024, de 01 de fevereiro, Regulamento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem aos Municípios, a **Câmara deliberou**, por unanimidade, **manter a taxa em vigor de 0 %, devendo o assunto ser submetido à Assembleia Municipal**, viabilizando a sua inclusão na Tabela de Taxas a aprovar para vigorar em 2027, nos termos e com os fundamentos constantes da informação prestada. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** começou por referir que alguns municípios optam por não cobrar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem às empresas de comunicações eletrónicas, atendendo a que o respetivo valor acaba por se refletir na fatura do consumidor final. Explicou que tem sido esse o entendimento seguido pelo Município, razão pela qual se tem mantido a taxa fixada em 0 %. -----

O **Sr. Vereador Paulo Leitão Batista** interveio para assinalar que, segundo o seu conhecimento, existem municípios que cobram a referida taxa. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** reconheceu essa possibilidade, frisando, contudo, tratar-se de situações excecionais. Reiterou que a aplicação da taxa acaba por penalizar o consumidor final e recordou que esta matéria foi discutida no âmbito da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, tendo os municípios adotado uma posição unânime a este respeito. Assinalou que, embora o Município possa fixar a taxa até ao limite máximo de 0,25 %, os consumidores que não negoceiem as respetivas condições contratuais serão os mais prejudicados com a sua aplicação, propondo, por esse motivo, a manutenção da taxa em 0 %. -----

O **Sr. Vereador José Barros** sublinhou que as operadoras trabalham com pacotes nacionais, duvidando que a aplicação da taxa municipal seja refletida nas faturas dos munícipes. Defendeu que a taxa devia ser aplicada atendendo à necessidade de reforçar as receitas próprias do Município, questionando o modo de cálculo do valor a faturar pelas empresas e sugerindo a realização de um estudo para apurar a receita prevista dessa cobrança. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** clarificou que a taxa incide sobre o valor total faturado pelas operadoras e que estas se encontram obrigadas a fornecer os elementos necessários ao respetivo apuramento, caso sejam solicitados pelo Município. Alertou ainda para os abusos cometidos pelas operadoras ao abrigo da legislação, nomeadamente na instalação desregrada de postes e cabos na via pública, referindo que o problema se poderá agravar com a entrada de novos operadores de fibra ótica e a consequente necessidade de construir mais infraestruturas. -----

O **Sr. Vereador José Barros** sugeriu que o município devia intervir e obrigar as empresas a remover os cabos que já não se encontram em utilização e que permanecem pendurados ou danificados nos postes na via pública por razões de preservação ambiental. -----

A **Sr. Vice-Presidente da Câmara** partilhou a existência de um caso recente no qual um munícipe reclamou de fios instalados na fachada do seu imóvel, esclarecendo que, por se tratar de propriedade privada, cabe ao proprietário solicitar diretamente à operadora a remoção dos cabos. Concluiu, concordando com a necessidade de notificar as operadoras no sentido de as relembrar da obrigação da

2

retirada de cabos da via pública incluindo os diversos quilómetros de cabos abandonados depois dos incêndios do ano anterior. -----

O Sr. Presidente da Câmara concluiu referindo que a receita proveniente da aplicação da taxa não deverá representar um montante significativo, comprometendo-se, contudo, a solicitar aos serviços municipais o apuramento dos valores em causa. -----

----- III -----

----- DIVISÃO DE PLANEAMENTO, URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO -----

**3.1 DESPACHOS RELATIVOS À DIVISÃO DE PLANEAMENTO, URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO ---**

A Câmara tomou conhecimento dos despachos exarados pelo Sr. ° Presidente da Câmara no uso da competência a que refere o n.º 1 do art.º 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, relativos à Divisão de Planeamento, Urbanismo e Ordenamento do Território, no período de 05-08-2026 a 19-08-2026. -----

| NOME                                                    | Local da Obra                                 | Data do despacho | Natureza da obra                                                                                                                                  |
|---------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| José Carlos Nabais Cameira Seixas                       | Rua da Estrada (ER 18-3), n.º 95 - Casteleiro | 06.08.2026       | Defiro o projeto de arquitetura, de obras de alteração e ampliação edifício destinado a habitação – 1 fogo, nas condições da informação da DPUOT. |
| Pausa do Costume, Lda                                   | Rua da Cerdeira, n.º 6 - Sortelha             | 10.08.2026       | Defiro o projeto de arquitetura, de obras de alteração de fachada (instalação de unidade exterior de avac), nas condições da informação da DPUOT. |
| Pausa do Costume, Lda                                   | Rua da Mesquita, n.º 11 - Sortelha            | 10.08.2026       | Defiro o projeto de arquitetura, de obras de alteração de fachada (instalação de unidade exterior de avac), nas condições da informação da DPUOT. |
| Sorticula – Soc. de Redutos Turísticos e Culturais, Lda | Rua Direita, n.º 11- Sortelha                 | 10.08.2026       | Defiro o projeto de arquitetura, de obras de alteração de fachada (instalação de unidade exterior de avac), nas condições da informação da DPUOT. |
| Pausa do Costume, Lda                                   | Rua da Mesquita - Sortelha                    | 10.08.2026       | Defiro o projeto de arquitetura, de obras de alteração de fachada (instalação de unidade exterior de avac), nas condições da informação da DPUOT. |

|                                   |                                                                   |            |                                                                                                                                                                                                                 |
|-----------------------------------|-------------------------------------------------------------------|------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Pausa do Costume, Lda             | Rua da Fontinha, n.º 7 - Sortelha                                 | 10.08.2026 | Defiro o projeto de arquitetura, de obras de alteração de fachada (instalação de unidade exterior de avac), nas condições da informação da DPUOT.                                                               |
| Alípio Antunes Martins            | Rua do Fundo da Quinta, Cardeal - Rendo                           | 10.08.2026 | Defiro o projeto de arquitetura, de obras de construção de edifício destinado a arrumos – reposição da legalidade urbanística com obra, nas condições da informação da DPUOT.                                   |
| Mathieu Nunes Clara               | Largo da Trincheira, n.º 6 - Sabugal                              | 10.08.2026 | Defiro o projeto de arquitetura, de obras de alteração e ampliação de edifício destinado a habitação e construção arrumos – reposição da legalidade urbanística com obra, nas condições da informação da DPUOT. |
| Pausa do Costume, Lda             | Rua Direita - Sortelha                                            | 11.08.2026 | Defiro o projeto de arquitetura, de obras de alteração e ampliação de edifício destinado a habitação e construção arrumos – reposição da legalidade urbanística com obra, nas condições da informação da DPUOT. |
| Carlos João da Fonseca            | Rua da Igreja, n.º 1 - Peroficós                                  | 11.08.2026 | Defiro o projeto de arquitetura, de obras de alteração e ampliação edifício destinado a habitação, nas condições da informação da DPUOT.                                                                        |
| António Vinhas Ricardo            | Rua Nuno Montemor, n.º 29 - Sabugal                               | 14.08.2026 | Defiro o projeto de arquitetura, de obras de alteração e ampliação edifício destinado a habitação 1 fogo – legalização com obra, nas condições da informação da DPUOT.                                          |
| Carlos Alberto Antunes Nabais     | Rua de Braz Carvalhão - Malcata                                   | 18.08.226  | Defiro o projeto de arquitetura, de obras de alteração e ampliação de edifício destinado a habitação – reposição da legalidade urbanística, nas condições da informação da DPUOT                                |
| Maria José Poças Santos           | Rua dos Caldeireiros/Rua de S. Miguel – Quintas de São Bartolomeu | 18.08.2026 | Defiro o projeto de arquitetura, de obras de alteração e ampliação de edifício destinado a Empreendimento Turístico em Espaço Rural – Casa de Campo, nas condições da informação da DPUOT                       |
| Elisabete Gonçalves Nunes Le Dall | Rua do Eiró, Vale Mourisco - Águas Belas                          | 18.08.2026 | Defiro o projeto de arquitetura, de obras de alteração de edifício destinado a habitação (1 fogo), nas condições da informação da DPUOT                                                                         |

### 3.2 RATIFICAÇÃO DE DESPACHO - DISPENSA DO CUMPRIMENTO DE DOTAÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO - JOSEFA LOURENÇO COSTA VEIGA -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho exarado no dia 10-08-2026 pela Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, referente à informação registada sob o n.º 5068, datada de 30-03-2026, sobre

a dispensa do cumprimento de dotação de lugares de estacionamento relativo à obra 'Demolição Parcial, Alteração e Ampliação de Edifício destinado à habitação "Moradia unifamiliar"', localizada na Rua Direita – Quarta-Feira, Sortelha, requerido por Josefa Lourenço Costa Veiga, onde consta "Defiro pedido de aprovação de projeto de arquitetura, nos termos da informação e parecer. À Reunião de Câmara para ratificação." -----

### 3.3 PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE - MARIA VITÓRIA DA FONSECA BRÁS AMARAL --

Face à informação registada sob o n.º 11497, datada de 31-07-2026, relativa ao **pedido de emissão de certidão de compropriedade** do prédio rústico inscrito sob o artigo matricial n.º 1533 da Freguesia de Vale de Espinho, sito em Cruz Alta, requerido por Maria Vitória da Fonseca Brás Amaral, na qualidade de solicitadora, a Câmara **deliberou**, por unanimidade, **deferir o pedido**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

### 3.4 EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA – ANTÓNIO MANSO -----

Face à informação registada sob o n.º 11736, datada de 05-08-2026, referente ao **exercício de direito de preferência na transmissão a título oneroso do prédio urbano, sito na Estrada da Matriz, n.º 11, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 750, da freguesia da Nave**, requerido por António Manso, a Câmara **deliberou**, por unanimidade, **não exercer o direito de preferência do prédio supracitado**, nos termos e com os fundamentos constantes na informação prestada. -----

### 3.5 EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA – FILIPE PINTO -----

Face à informação registada sob o n.º 11737, datada de 05-08-2026, referente ao **exercício de direito de preferência na transmissão a título oneroso do prédio urbano, sito em Rua Direita, na localidade de Casteleiro, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 211, da freguesia do Casteleiro**, requerido por Filipe Pinto, a Câmara **deliberou**, por unanimidade, **não exercer o direito de preferência do prédio supracitado**, nos termos e com os fundamentos constantes na informação prestada. -----

### 3.6 EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA – INÊS WOLLMANN -----

Face à informação registada sob o n.º 11764, datada de 06-08-2026, referente ao **exercício de direito de preferência na transmissão a título oneroso do prédio urbano, sito na Rua Casa da Lage, em**

Ameais, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 370 da União de Freguesias de Sabugal e Aldeia de Santo António, requerido por Inês Wollmann, a **Câmara deliberou**, por unanimidade, **não exercer o direito de preferência do prédio supracitado**, nos termos e com os fundamentos constantes na informação prestada. -----

**3.7 EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA – ARCADAS ASTRONÓMICAS UNIP. LDA -----**

Face à informação registada sob o n.º 11767, datada de 06-08-2026, referente ao **exercício de direito de preferência na transmissão a título oneroso do prédio urbano, sito na Rua de S. Sebastião, s/n, Quadrazais, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 1366, da freguesia de Quadrazais**, requerido por Arcadas Astronómicas Unip. Lda., a **Câmara deliberou**, por unanimidade, **não exercer o direito de preferência do prédio supracitado**, nos termos e com os fundamentos constantes na informação prestada. -----

**3.8 EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA – JOSÉ DIAS -----**

Face à informação registada sob o n.º 12052, datada de 12-08-2026, referente ao **exercício de direito de preferência na transmissão a título oneroso do prédio urbano, sito no Sítio do Marco, s/n, Quadrazais, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 1614, da freguesia de Quadrazais**, requerido por José Dias, a **Câmara deliberou**, por unanimidade, **não exercer o direito de preferência do prédio supracitado**, nos termos e com os fundamentos constantes na informação prestada. -----

**3.9 EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA – MIGUEL SANTOS -----**

Face à informação registada sob o n.º 12054, datada de 12-08-2026, referente ao **exercício de direito de preferência na transmissão a título oneroso do prédio urbano, sito na Rua da Praça, n.º 47, na freguesia do Soito, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 348, da freguesia do Soito**, requerido por Miguel Santos, a **Câmara deliberou**, por unanimidade, **não exercer o direito de preferência do prédio supracitado**, nos termos e com os fundamentos constantes na informação prestada. -----

**----- IV -----**

**----- DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS -----**

Não existem assuntos agendados nesta Divisão. -----

R

----- V -----

----- DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA -----

SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL -----

**5.1 REGULAMENTO MUNICIPAL DE INCENTIVO À NATALIDADE DO MUNICÍPIO DO SABUGAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS** -----

Face às informações registadas sob os n.ºs 11645 (datada de 04-08-2025), 11656 (datada de 04-08-2025), 11647 (datada de 04-08-2025), 11765 (datada de 06-08-2026) e 11768 (datada de 06-08-2026), referente **à atribuição de apoios**, no âmbito do Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade, a Câmara **deliberou**, por unanimidade, **atribuir os apoios, no valor total de 2.500,00€**, nos termos e com os fundamentos constantes da referida informação e regulamento. -----

**5.2 ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVO - REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVOS À FIXAÇÃO DE MÉDICOS NO CONCELHO DO SABUGAL** -----

Face à informação registada sob o n.º 11803, datada de 07-08-2026, referente **à atribuição de incentivos no âmbito do Regulamento Municipal para atribuição de Incentivos à Fixação de Médicos no concelho do Sabugal**, requerido por João Pedro Patrocínio, foi **deliberado**, por unanimidade, **aprovar a candidatura, assim como a atribuição dos respetivos dos respetivos benefícios**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

**5.3 ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVO - REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVOS À FIXAÇÃO DE MÉDICOS NO CONCELHO DO SABUGAL** -----

Face à informação registada sob o n.º 11890, datada de 10-08-2026, referente **à atribuição de incentivos no âmbito do Regulamento Municipal para atribuição de Incentivos à Fixação de Médicos no concelho do Sabugal**, requerido por Raquel Pires dos Santos, foi **deliberado**, por unanimidade, **aprovar a candidatura, assim como a atribuição dos respetivos dos respetivos benefícios**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

**5.4 PEDIDO DE APOIO SOCIAL NO ÂMBITO SAAS – ESCABRALHADO** -----

Face à informação registada sob o n.º 11937, datada de 10-08-2026, referente ao **pedido de apoio social no âmbito do SAAS**, requerido por munícipe residente em Escabralhado, foi **deliberado**, por

unanimidade, atribuir um apoio no valor de 170,18 € (equivalente à aquisição de lentes oftálmicas, de acordo com o orçamento mais baixo), nos termos e com os fundamentos constantes da informação.

#### 5.5 PEDIDO DE APOIO SOCIAL NO ÂMBITO SAAS – SABUGAL -----

Face à informação registada sob o n.º 11958, datada de 11-08-2026, referente ao **pedido de apoio social no âmbito do SAAS**, requerido por munícipe residente em Sabugal, foi **deliberado**, por unanimidade, **indeferir o pedido**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

#### 5.6 PEDIDO DE APOIO SOCIAL NO ÂMBITO SAAS – SABUGAL -----

Face à informação registada sob o n.º 11964, datada de 11-08-2026, referente ao **pedido de apoio social no âmbito do SAAS**, requerido por munícipe residente em Sabugal, foi **deliberado**, por unanimidade, **indeferir o pedido**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

### ----- VI -----

#### ----- SERVIÇO DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO -----

Não existem assuntos agendados nesta divisão. -----

### ----- VII -----

#### ----- PRESIDÊNCIA -----

#### GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA -----

#### 7.1 PEDIDO DE APOIO TÉCNICO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL, REQUERIDO PELA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SABUGAL E ALDEIA DE SANTO ANTÓNIO -----

Face ao requerimento registado sob o n.º 8996, datado de 06-08-2026, apresentado pela União de Freguesias de Sabugal e Aldeia de Santo António, a solicitar **apoio técnico para abertura de procedimento concursal**, foi deliberado, por unanimidade, **deferir o pedido e designar, para o efeito, o seguinte júri**: Membros efetivos – Afonso Tavares, Sandra Figueiredo e Miguel Lousa; Membros Suplentes – Paulo Correia e Vânia Filipe. -----

--- Sendo onze horas e quarenta e cinco minutos e não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. **Presidente da Câmara** declarou encerrada a reunião da qual, para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata a qual, depois de lida e aprovada, foi assinada por mim, Gabriela Esteves Roque Gabriela Roque, Assistente Técnica, que a lavrei, e pelo Sr. **Presidente da Câmara**, conforme disposto no n.º 1 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA



- Vítor Manuel Dias Prouença -

**CÂMARA MUNICIPAL DO SABUGAL**

**ATA N.º 17/2026**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 19 DE AGOSTO DE 2026**

**Anexo 1**

**Atividade Institucional relevante de 5 a 19 de agosto de 2026**

**Dia 7** - Reunião com Carlos Vinhas Pereira, presidente da Câmara de Comércio e Indústria Franco-Portuguesa, a ADES e o Município - Presidente;

**Dia 7** - Reunião com as Aldeias Históricas de Portugal - Presidente e Vereador Amadeu;

**Dia 7** - Comemorações do aniversário da Associação Humanitária de Bombeiros do Sabugal;

**Dia 11** - Reunião do Conselho Intermunicipal da CIMRBSE - Presidente;

(Proposta de criação da agência A3IE - investimento, inovação, internacionalização e empreendedorismo da CIMRBSE - aprovação de propostas de missão institucional e empresarial a China e a feira de indústria metalomecânica e da maquinaria em Estrasburgo; aprovação de propostas de aquisição de serviços indispensáveis ao funcionamento da comunidade; outros assuntos para conhecimento)

**Dia 13** - Reunião Conselho de Administração da APAL - Presidente;

**Dia 13** - Apresentação dos livros do Padre Botelho em Alfaiates - Presidente e Vereadores;

**Dia 14** - Festival "Ao Forcao Rapazes" no Soito - todo o executivo e vereador Paulo Leitão Batista;

**Dia 15** - Apresentação do livro Uma Terra de Memória em Vilar Maior - Vereador Amadeu;

Presença nas várias Capeias e festas populares que se tem realizado no concelho e nos espetáculos inseridos no Festival sete sois sete lugar que decorrerá até ao dia 27 de agosto no Largo da Fonte (dia 6 e 14 - espetáculos de circo artístico e espetáculos musicais).

O Presidente da Câmara, \_\_\_\_\_

Vítor Manuel Dias Proença

A Assistente Técnica, \_\_\_\_\_

Gabriela Esteves Roque

Gabriela Esteves Roque